

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. --- Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

O Sr. Presidente da Câmara interveio para lamentar a atitude do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva na sequência da informação à população datada de 2 de março do presente ano, tendo deixado escrito em ata os seguintes comentários sobre o assunto: -----

“1º. Considero uma quebra de lealdade institucional a forma como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva se dirigiu ao executivo camarário e levantou suspeitas sobre a sua imparcialidade na forma como tem tratado as freguesias do concelho; ---

2º. Em momento algum nos foi comunicado formal ou informalmente pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva que estava em desacordo com a atribuição da verba disponibilizada pela autarquia. Nunca nos transmitiu isso, nem por escrito nem verbalmente, aliás desde que tomei posse como Presidente da Câmara Municipal de Cuba, nunca o referido senhor me telefonou a solicitar algo para a freguesia. Ora atendendo aos cargos que ocupamos é no mínimo incompreensível; ---

3º. As verbas a transferir para cada freguesia foram aprovadas em reunião de câmara com o voto favorável de todos os partidos, incluindo o do Partido Socialista. -----

4º. Esta diferença de verbas entre as freguesias de Vila Alva e Faro do Alentejo (recebem as duas a mesma verba) e a freguesia de Vila Ruiva é justificado pela área geográfica e pelo número de localidades existente em cada freguesia, com a inclusão de Albergaria existem vários custos de manutenção que são a duplicar. Estes critérios foram aplicados há muitos anos pelo anterior executivo de maioria socialista e nos 16 anos em que assumiu funções de tesoureiro e de Presidente de Junta com maioria do PS, o atual presidente nunca se manifestou publicamente nem escreveu comunicados à população a denunciar a situação. -----

5º. O montante a transferir para todas as freguesias foi aumentado pelo atual executivo da CDU, durante o ano de 2014, em mais 20%, o que representou um acréscimo de 4.275€ para a freguesia de Vila Alva e um montante global de 25.650€.

6º O município é um parceiro das freguesias mas não pode, nem deve, participar na gestão das juntas. Cada junta é soberana nas contratações de pessoal e se a funcionária da freguesia de Vila Ruiva é paga pelo Centro de Emprego, essa é uma decisão da própria junta. -----

7º. A questão relativa aos serviços de funeral em Vila Ruiva, e ao facto deles serem efetuados pelos trabalhadores do município, já existe desde 2012. *Estranhamos o silêncio do Sr. Presidente sobre o assunto durante 3 anos.* No entanto, podemos adiantar que a partir do mês de março esses serviços passarão a ser assegurados pela Junta de Freguesia de Vila Ruiva. Ficando resolvida a situação deixada pelo Partido Socialista que curiosamente o Sr. Presidente nunca denunciou. -----

8º. Perante estes factos, é evidente quem se exclui e marginaliza por ser de uma cor política diferente. Ou quem utiliza uma estratégia política de comparação com uma freguesia vizinha para retirar dividendos políticos, esquecendo-se de respeitar as instituições e quem as representa e os interesses da população em geral. Nós sempre respeitámos e respeitamos os Vilalvenses e toda a população do concelho. Por esse motivo é que estamos a apoiar financeiramente, ainda mais, a Junta de Freguesia de Vila Alva. A ser possível manter este apoio financeiro (*esperemos que os governos não retirem mais verbas às autarquias*) chegaremos ao fim do mandato com um aumento global de cerca de 25.000€, comparativamente ao anterior executivo PS. Estamos convencidos que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva saberá utilizar bem os dinheiros em prol da população.” -----

O Sr. Vice-Presidente informou que vão ser iniciados os trabalhos de calcetamento e requalificação urbanística da Ermida de Nossa Senhora da Ladeira, em Vila Ruiva. -----
Informou ainda que foram iniciados os trabalhos de construção do Parque Infantil na Urbanização das Courelas da Igreja, em Cuba. -----

A Sr. Vereadora Sandra Bráz informou que acompanhou o Grupo Coral Amigos do Cante, de Cuba, numa sessão sobre ruralidade, que teve lugar na Direcção Regional da Cultura, em Évora. Acompanhou igualmente os Ceifeiros de Cuba na participação do Grupo na BTL, em Lisboa, ocasião em que foi lançado pelo município o novo “site” sobre “Cuba Catedral do Cante”, que incide sobre o historial dos grupos e os contactos para convites e marcação de atuações, integrado numa estratégia de promoção, divulgação e salvaguarda do Cante Alentejano -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 3 DE MARÇO DE 2015: € 346 265,02 .

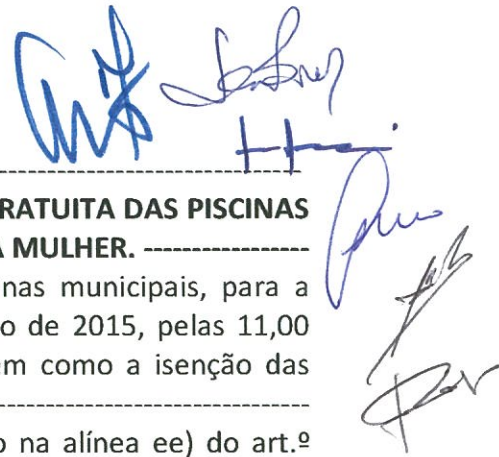
DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1. RUI MANUEL GONÇALVES MENDES – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita o Sr. Rui Manuel Gonçalves Mendes, licença especial de ruído das 20,00 horas de dia 8, às 2,00 horas do dia 9 de março de 2015, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, no Snack-Bar Oásis, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 28/2015, da Subunidade Administrativa, delibera conceder a licença especial de ruído, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município.-----



2 - JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO GRATUITA DAS PISCINAS MUNICIPAIS, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA MULHER. -----

Solicita a Junta de Freguesia de Cuba, a utilização das piscinas municipais, para a realização de uma aula de hidroginástica, no dia 06 de Março de 2015, pelas 11,00 horas, por ocasião das comemorações do Dia da Mulher, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

Quanto à cedência do espaço solicitado, conforme o previsto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cabe à Câmara deliberar sobre a mesma, sendo que esta competência foi delegada no Sr. Presidente. -----

Prevê o n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e preços, em vigor no município, que a câmara possa deliberar pela isenção, quando reconheça interesse municipal da atividade. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 29/2015, da Subunidade Administrativa, delibera atender o pedido do requerente isentando do pagamento das taxas devidas com a utilização. -----

3 - GRUPO DE FERROVIÁRIO DA REFER. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CAMPO DE JOGOS DR. AUGUSTO AMADO DE AGUILAR. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a cedência do Campo de Futebol Dr. Augusto Amado de Aguiar para a realização de uma partida de futebol de 7, entre os grupos de ferroviários da zona do Alentejo, Setúbal e Barreiro. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei nº 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4 - SANDRA MARIA PIRES OLEIRO COXINHO. RENUNCIA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LOJA NO MERCADO MUNICIPAL DE CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Sandra Maria Pires Oleiro Coxinho, a renúncia do direito de uma loja no Mercado Municipal de Cuba, a partir do mês de Março de 2015. -----

De acordo com o artigo 32.º, do Regulamento do Mercado Municipal de Cuba, o titular do direito de ocupação de lugares no mercado Municipal pode fazer cessar o contrato mediante renúncia, com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data que deve produzir os seus efeitos. -----

A Câmara tomou conhecimento, -----

5 – SECRETARIADO PAROQUIAL DE VILA ALVA – MOVIMENTO DA MENSAGEM DE FÁTIMA. PEDIDO DE APOIO PARA COMPRA DE ESTANDARTE. -----

Solicita o Movimento da Mensagem de Fátima da Paróquia de Vila Alva, a concessão de um donativo para aquisição de um estandarte. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12/09, em articulação com as competências que lhe são cometidas pelo n.º 8 do Regulamento Municipal dos Apoios Financeiros e Não Financeiros, delibera conceder um donativo de € 300,00 para aquisição do estandarte.

6 - PROJETO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS URBANAS VISANDO O RESTABELECIMENTO DO ACESSO À ERMIDA DE N.º SR.ª DA LADEIRA EM VILA RUIVA; PROPOSTA PARA QUE A OBRA SEJA EXECUTADA POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 8/2015, do Chefe da DGM, respeitante ao projeto de Infraestruturas Rodoviárias Urbanas visando o Restabelecimento do Acesso à Ermida de N.º Sr.ª da Ladeira em Vila Ruiva, na qual se propõe que a obra seja executada por administração direta. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o art.º 6.º do Dec. Lei n.º 390/82, de 17 de setembro, aprovar o projeto que consta do doc. n.º 1 em anexo, e determinar que o mesmo seja executado por administração direta; -----

2.º - Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em projeto, que consta do doc. n.º 2, nos termos do art.º 5.º e para os efeitos previstos nos art.ºs 6.º e 8.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. -----

3.º - Aprovar o Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos do Dec-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. -----

7 - CP – EOP N.º 02/2014 - CONCURSO PÚBLICO INERENTE À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESPORTIVA PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO NO CAMPO DE JOGOS DR. AUGUSTO AMADO AGUILAR. -----

APRESENTAÇÃO DE DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS PARTE DOS INTERESSADOS (APRESENTADAS POR SETE INTERESSADOS NA PLATAFORMA ACINGOV); APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ESCLARECIMENTOS ELABORADA PELO PROJETISTA E SUBSCRITA PELO JÚRI POR PARTE DO ÓRGÃO INDICADO PARA TAL EFEITO NO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO – CÂMARA MUNICIPAL; PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR PARTE DO DONO DE OBRA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 9/2015 do Chefe da DGM respeitante ao procedimento de concurso público inerente à Empreitada de Construção de Infraestrutura Desportiva para Futebol de Formação no Campo de Jogos Dr. Augusto Amado Aguilar. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Registrar que foram entregues três pedidos de esclarecimentos e dúvidas, todos aqui considerados; -----

2.º - Tomar conhecimento que por indefinição sobre a forma de financiamento e ausência de resposta sobre a aprovação ou não da candidatura comunitária, situação que só veio a ser clarificada em fevereiro de 2015, foi a autarquia forçada a protelar o desfecho do concurso. -----

3.º - Tomar conhecimento que, em sede do procedimento concursal lançado na plataforma eletrónica das compras públicas – ACINGOV o procedimento encontra-se suspenso até que sejam aprovados as dúvidas e esclarecimentos apresentadas por três interessados enunciados em 1.º, a saber: -----

- H. Teixeira e Companhia, Lda.; -----

- Vedap, Espaços, Silvicultura e Vedações, S.A.; -----

- Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, Lda. -----

4.º - Ao abrigo do art.º 50.º n.º 2 do CCP aprovar as propostas de esclarecimentos apresentadas pelos elementos do júri que constam do doc. n.º 3 que passam a fazer arte integrante da presente deliberação. -----

5.º - Ao abrigo do n.º 3 do art.º 50.º do CCP responder às omissões apresentadas mediante a aprovação do mapa de quantidades revisto e nele integrado todas as vertentes postas a concurso, bem como as peças desenhadas que lhe estão conexas, que constam do documento n.º 4 anexo à presente deliberação; -----

6.º - Determinar hoje, dia 04 de março que sejam notificados através da plataforma ACINGOV os interessados dando-lhes conhecimento que a suspensão será levantada a 05 de março, data a partir do qual correrá o último terço desse mesmo prazo, que corresponde a 10 dias; -----

7.º - Sendo legítimo a apresentação de erros e omissões até ao 5/6 do prazo as mesmas poderão ser entregues até às 23h59m do dia 09 de março de 2015. -----

8 - MARIA INÊS APOLINÁRIO MACHADO. RENUNCIA AO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS DE PEIXE NO MERCADO MUNICIPAL DE CUBA. -----

Apresenta a Sr.ª Maria Inês Apolinário Machado, a renuncia ao direito de ocupação das bancas de peixe n.º (s) 6,7 e 8, no Mercado Municipal de Cuba, uma vez que encerrou a atividade em 11 de Março de 2014, bem como solicita a anulação dos valores em dívida. -----

A razão de só agora surgir o pedido deve-se ao contato telefónico estabelecido com a titular do contrato que, por alegado desconhecimento do Regulamento, pensou que o facto de deixar de pagar as rendas consubstanciaria a desistência, sem necessidade de informação da itenção. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aceitar a denúncia do contrato com efeitos retroativos a março de 2014, altura em que cessou a actividade. -----

9 – COMISSÃO FABRIQUEIRA DE VILA RUIVA. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS. -----

Solicita a Comissão Fabriqueira de Vila Ruiva a atribuição de um apoio financeiro para a realização da Festa em Honra de Nosso Senhor dos Passos, que se realiza naquela localidade, no dia 22 de março de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as competências que lhe são cometidas pelo n.º 8 do Regulamento Municipal dos Apoios Financeiros e Não Financeiros, delibera atribuir uma verba de € 500,00, ficando a validade dessa mesma deliberação condicionada à aprovação da alteração ao Orçamento Municipal de 2015, que terá lugar no decurso do corrente mês de março. -----

10 - JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO GRATUITA, DURANTE UMA SEMANA, DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO MUNICIPIO, QUE FUNCIONARÁ COMO UM DOS PRÉMIOS A SORTEAR NO JANTAR COMEMORATIVO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. -----

Solicita a Junta de Freguesia de Cuba, a oferta de uma semana para utilização grátis das instalações desportivas do Município que funcionará como prémio a sortear no jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher. -----

Quanto à cedência do espaço solicitado, conforme o previsto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cabe à Câmara deliberar sobre a mesma, sendo que esta competência foi delegada no Sr. Presidente. -----

Relativamente à isenção do pagamento das taxas, prevê a alínea a) do n.º 1 e o n.º 4 do art.º 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba, a possibilidade de que a câmara isente ou reduza do pagamento do preço, designadamente, quando a lei confira tal isenção ou quando a Câmara reconheça o interesse municipal da atividade, respetivamente. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender o pedido da requerente concedendo a semana de utilização gratuita. -----

11 – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BEJA, PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2015, do Serviço de Ação Desportiva, acompanhando a proposta de celebração de Protocolo Plurianual com a Associação de Atletismo de Beja. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que: -----

O plano de desenvolvimento desportivo para o concelho tem em vista a promoção de várias atividades no desenvolvimento desta modalidade; -----

- Este projecto vem dar oportunidade de aumentar o incentivo e a dinamização da modalidade; -----

- Vem dar continuidade ao desenvolvimento de parcerias e incentivos na implementação e consolidação de novas modalidades para o concelho; -----

- Vem dar sequência à política de diversificação desportiva, de forma a ser o mais abrangente possível, resultando certamente no aumento do número de praticantes, delibera, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

-----PROJETO DE----- -----ACORDO DE COLABORAÇÃO-----

1º MUNICÍPIO DE CUBA, pessoa coletiva nº 500 832 935, com sede em Cuba na Rua Serpa Pinto, nº 84, adiante designado por 1º outorgante, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Manuel Casaca Português, conforme determina a alínea a) do nº 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

2º ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BEJA, pessoa coletiva nº 501923659, com sede em Rua Pablo Neruda nº 1A 7800 – 327 Beja, adiante designada por 2.º outorgante, neste ato representada por António Caeiro da Silva Machado, na qualidade de Presidente da Direção, conforme disposto no artº. 3.º dos respetivos Estatutos; -----

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª Objetivo

O presente acordo tem por objetivo a realização de um conjunto de eventos de âmbito local, distrital e regional e visa a promoção e o desenvolvimento da prática da modalidade de atletismo e o fomento do turismo no concelho de Cuba.

Cláusula 2ª

Duração do Acordo

O presente acordo tem a validade de 3 anos, com início na época de 2014/15 e término na época de 2016/17.

Cláusula 3ª

Atividades a Desenvolver

No período de vigência do presente acordo, as atividades a desenvolver são as seguintes:

Atividade	2014	2015	2016	2017
Ajuizamento, enquadramento técnico e logístico do GP Dr. Carlos Gradiz		X	X CD Estrada	X
Organização e Ajuizamento do "Dia do Atletismo", destinado aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico		X	X	X
S. Silvestre de Cuba		X		
Corta Mato		X		X
Evento de corrida a definir			X	
Enquadramento técnico e logístico do Projeto "Escola de Atletismo"	X	X	X	X

Cláusula 4ª

Responsabilidade dos Outorgantes

1 – São responsabilidades do 1º Outorgante:

- a) A prestação de todo o apoio logístico necessário à realização das provas/campeonatos;
- b) O pagamento de eventuais despesas com policiamento;
- c) Divulgação das provas, junto da população do concelho;
- d) A atribuição de um subsídio ao 2º Outorgante, com a seguinte repartição:
 - I) 2015: € 2.200,00 (dois mil e duzentos euros);
 - II) 2016: € 2.100,00 (dois mil e cem euros);
 - III) 2017: € 1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta euros).

e) O pagamento de prémios pecuniários e brindes que se encontrem previstos em cada um dos eventos, sendo objeto de acordo entre as partes o seu valor e o modo de pagamento;

2 – A atribuição do subsídio ao 2º outorgante deverá acontecer antes do início da primeira atividade calendarizada para cada ano referido na alínea d) do número anterior.

3 – São responsabilidades do 2º Outorgante:

- a) A organização e a divulgação a nível regional e/ou nacional das provas/campeonatos;

- b) A prestação de todo o apoio técnico necessário realização das provas/campeonatos;
c) O pagamento de prémios materiais (taças, troféus e medalhas);
d) O pagamento do ajuizamento;
e) O pagamento de prémios pecuniários, de acordo com o definido na al) e) do nº1;
f) A apresentação de programas e propostas parciais de cada uma das atividades;
g) Coordenação e acompanhamento técnico do projeto “Escola de Atletismo”.

Cláusula 5ª

Denúncia do Acordo de Colaboração

O presente acordo cessa quando for denunciado por algum dos Outorgantes, com a antecedência mínima de seis meses antes da realização da prova/campeonato.

Cláusula 6ª

Indemnizações

Quando a denúncia do acordo for efetuada fora do prazo referido na cláusula anterior, o denunciante fica obrigado a indemnizar a outra parte no valor equivalente ao subsídio devido para esse ano, conforme definido na alínea d) do nº 1 da cláusula 4ª.

Cláusula 7ª

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no dia subsequente ao da sua aprovação pela Câmara Municipal de Cuba.

Cuba, 04 de março de 2015

Pelo Município de Cuba,

Pela Associação de Atletismo de Beja,

12 – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS REFERENTES À CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 350.000€ (TREZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA EFETUAR A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DOS AUTOS DE MEDIÇÃO DAS EMPREITADAS CANDIDATADAS AO INALENTEJO EM REGIME DE OVERBOOKING: 1.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA E DA RUA DA MISERICÓRDIA EM VILA ALVA – CP – EOP N.º 01/2014; 2.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESPORTIVA PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO NO CAMPO DE JOGOS DR. AMADO AGUILAR, EM CUBA – CP – EOP N.º 02/2014; 3.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DE DIVERSOS ARRUAAMENTOS EM FARO DO ALENTEJO – CP – EOP N.º 03/2014. -----

Foi presente à Câmara o relatório da Comissão de Análise das Propostas referentes à contratualização do empréstimo supra referido, que se transcreve: -----

“ANÁLISE DAS PROPOSTAS: Às 14h30m do dia três do mês de março de 2015, reuniu a comissão de análise do procedimento em cima identificado, constituída por João Manuel Casaca Português, **Presidente da Câmara Municipal**, que presidiu, e pelos vogais Vitor Manuel Parreira Fialho, **Jurista – Chefe da Divisão de Gestão Municipal**, que secretariou, e Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, **Dirigente Intermédia de 3.º Grau, responsável pela Unidade de Administração e Finanças.** -----

Na sequência da consulta efectuada a 4 instituições de crédito para a contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 350.000,00 destinado ao financiamento da empreitada de “Empreitadas de Requalificação Urbana e Construção de Infraestrutura Desportiva ” apresentaram proposta as seguintes três instituições: ---

1º - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS -----

2º - CCAM do Guadiana Interior, CRL -----

3º - SANTANDER TOTTA, SA -----

Analizadas as propostas apresentadas, sob o ponto de vista formal, verificou-se que as mesmas cumpriam os requisitos exigidos, pelo que se entendeu admiti-las. -----

O prazo total apresentado para amortização do empréstimo é até 20 anos em todas as propostas, no entanto a proposta da CGD apresenta mais 3 alternativas, a saber de 5 anos, 10 anos e 15 anos.-----

De modo a poder ser efectuada uma análise equitativa, foi considerado o prazo de amortização até 20 anos, de acordo com a alínea d) do ponto 28 da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de Fevereiro de 2015, cuja certidão foi facultada às entidades convidadas. -----

Relativamente à **taxa de juro**, a taxa nominal variável corresponde à “Euribor”-----
(base 360 dias) 6 meses, acrescida dos seguintes “spreads”:

- CAIXA GERAL DEPÓSITOS – 2,13%; -----

- CCAM do Guadiana Interior, CRL: 3,50%. -----

- SANTANDER TOTTA, SA: 1,74% -----

As propostas da CCAM do Guadiana Interior e do SANTANDER TOTTA apresentam um período de utilização e diferimento de 12 e 24 meses, respetivamente, enquanto que o prazo apresentado pela CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, é de até 18 e até 24 meses, sendo a margem de utilização mais alargada do que o pretendido. -----

A proposta da CGD referencia que a taxa de juro contratual, será uma taxa nominal variável correspondente à média aritmética simples da Euribor a 6 meses (base 360 dias) apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima, acrescida do respetivo “spread” . -----

A proposta do SANTANDER TOTTA referencia a taxa em vigor no início de cada período de contagem de juros, associada à Euribor a 3 ou 6 meses, acrescida de um spread de 1,81 e 1,74% respetivamente, arredondada à milésima superior. -----

A proposta da CCAM Guadiana Interior, refere somente Euribor a 6 meses, acrescida 3,50% de spread.-----

No que diz respeito ao reembolso antecipado, as propostas da CGD e do SANTANDER TOTTA referem expressamente a inexistência de penalizações, leia-se, encargos ou comissões adicionais, enquanto que, a proposta da CCAM do Guadiana Interior não refere a situação específica, razão pela qual se considerou que não existe também qualquer encargo adicional, para além dos previstos pelos outros concorrentes. -----

Assim, a “ **proposta mais vantajosa**”, tendo em consideração a taxa de juro acrescida do respetivo *spread* +condições de amortização antecipada é a do banco **SANTANDER TOTTA, SA**. -----

Termos em que, a comissão **propõe aos órgãos autárquicos competentes a adjudicação da contratação do empréstimo ao banco SANTANDER TOTTA, SA** com a opção “ Euribor” a 6 meses, com **spread de 1,74**, sendo o prazo máximo da operação de 20 anos. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

a) Registrar que a “proposta mais vantajosa”, tendo em consideração a taxa de juro acrescida do respetivo *spread*+condições de amortização antecipada é a do banco SANTANDER TOTTA, SA; -----

b) Determinar remeter à Assembleia Municipal a proposta de adjudicação da contratação do empréstimo ao banco SANTANDER TOTTA, SA, com a opção "Euribor" a 6 meses, com "spread" de 1,74, sendo o prazo máximo da operação de 20 anos. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,00 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,